

A importância de ter sido um “outsider”*

James M. Buchanan[§]

Introdução

No início dos anos 70 recebi um pequeno e estranho bilhete de uma senhora com quem me encontrei em uma conferência na Europa. No bilhete, ela pedia, muito diretamente, para resumir minha filosofia de vida em um simples parágrafo, não mais que meia página de extensão. O desafio foi suficiente para que eu respondesse, e meu resumo foi expandido, primeiro em uma conferência e mais tarde em um breve capítulo de um livro.¹ Agora interpreto esta resposta como uma declaração adequada do que deveria chamar minha “filosofia pública,” uma declaração que requer pouca ou nenhuma revisão depois do aprimoramento de uma década. Neste artigo, respondo diferentemente. Em parte para diferenciar o produto e em parte para ir ao encontro do que parecem ser os desejos particulares do editor deste projeto, eu deveria oferecer aqui uma declaração de minha “filosofia privada”, ou melhor, um conjunto de declarações sobre atributos individuais de minha postura pessoal diante de meus próprios ídolos.

Devo limitar a exposição autobiográfica, porque registrei partes de minha história de vida em dois artigos anteriores.² Este artigo é pessoal em vez de autobiográfico. Quer dizer, devo descrever como observo o mundo e não tentar considerar-me como um objeto de exposição narrativa. Há um sentido no qual esta espécie de declaração pessoal ou privada de uma filosofia é quase o oposto intelectual de autobiografia.

* Este artigo está sendo publicado com a autorização do próprio autor e da Cambridge University Press. Originalmente, esse texto, *From the inside looking out*, foi publicado em Michael Szemberg ed., *Eminent Economists. Their Life Philosophies*. Cambridge University Press, 1992.

§ Harris University Professor e Advisory General Director, Center for Study of Public Choice, George Mason University. Prêmio Nobel de Economia em 1986.

Tradução do inglês: Sylvia M. S. Cristovão dos Santos.

1 Ver James M. Buchanan, “Criteria for a Free Society: Definition, Diagnosis, and Prescription,” in *Freedom in Constitutional Contract* (College Station: Texas A&M University Press, 1977, p. 287-99).

2 Ver meu “Better Than Plowing,” *Banco Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 159 (December 1986, p. 359-75); e meu “Born-Again Economist,” in W. Breit, ed., *Lives of the Laureates: Ten Nobel Economists* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990, p. 163-80).

Espero tratar várias características distintas de minha visão sobre o mundo. Na próxima seção discuto minha proposta para o conhecimento e sua responsabilidade. Na terceira seção passo a examinar a mistura de cientista e artista que sempre me senti ser. Um desdobramento natural envolve as questões de análises normativa e positiva, que examino na quarta seção. A seção seguinte é mais autobiográfica e examina meu papel como um *outsider*. Finalmente, respondo a questões de motivação corrente bem como questões mais gerais de propósitos básicos.

Minha tarefa é salvar o mundo?

Deveria começar esta seção com uma citação de Frank H. Knight:

“É intelectualmente impossível acreditar que o indivíduo possa ter qualquer influência digamos,... sobre o curso da história. Mas parece-me que considerar isso como uma dificuldade ética envolve um completo equívoco do problema sócio-moral.... Acho impossível dar significado a uma obrigação ética sobre a parte do indivíduo melhorar uma sociedade.

*A disposição de um indivíduo, sob liberalismo, para assumir esta responsabilidade parece ser uma exibição do conceito intelectual e moral...; é contra a ética. Mudança ético-social deve acontecer por meio de um consenso moral verdadeiro entre indivíduos reunidos num plano de igualdade e mutualidade genuínas e não com qualquer um no papel de causa e o restante no de efeito, de um como “oleiro” e os outros como “argila” ” (“Intellectual Confusion on Morals and Economics,” *Ethics*)*

Por muito tempo senti uma forte afinidade com a posição de Knight. Mas achei difícil ir além da declaração de concordância e preparar um argumento apoiador persuasivo. Enfrentemos diretamente a questão: se nenhum indivíduo assume a responsabilidade pela melhoria da sociedade, como a sociedade pode melhorar sempre, a não ser por meio das forças de mudança evolucionária? Há uma declaração pública minha rejeitando a aquiescência diante das forças de uma evolução cultural. Afirmei, em várias ocasiões, que temos uma obrigação moral de pensar que podemos planejar construtivamente e implementar reformas em planos sociais.

Qualquer aparência de paradoxo some se se toma cuidado ao ler e entender o que Frank Knight diz em sua declaração. Ele não está promovendo uma lógica de abstenção racionalmente estabelecida acerca da discussão referente às mudanças em regras da ordem social. Está definindo os limites ou restrições sob as quais qualquer indivíduo deve colocar-se quando entra nesta discussão. O conceito moral que preocupa Knight surge quando qualquer indivíduo ou grupo ousa assumir a responsabilidade pelos outros, independentemente de sua concordância, em um cenário de mutualidade e reciprocidade. O princípio fundamental é, de fato, simples: cada pessoa conta igualmente. E mesmo se este princípio se opõe à realidade empírica observada em termos de critérios mensuráveis, a aderência ao princípio deve permanecer relativamente absoluta, mesmo sob uma base reconhecida de “como se”

Este princípio foi um elemento central em minha própria abordagem à economia política. Sempre pensei que minha tarefa fosse desenvolver e criar idéias e introduzir essas idéias na matriz da discussão. Desde que este passo seja dado, minha tarefa está cumprida. Não senti, nem sinto, nenhuma obrigação moral em divulgar minhas próprias idéias ou as de outros. Neste ponto, diferencio-me radicalmente de muitos de meus colegas em economia. Nunca estive didaticamente motivado, apesar do razoável sucesso como professor, especialmente na graduação. Para mim, utilidade deriva de trabalhar idéias para mim mesmo, com a clareza suficiente que me capacita apresentar um argumento coerente e esteticamente satisfatório. Em última instância, publicar reconfirma os julgamentos iniciais a este respeito. Se minhas idéias obtêm êxito, persuadindo outros a considerar o mundo social de maneira similar à minha, asseguro ganhos secundários de utilidade. Mas se minhas idéias falham em persuadir e as reformas implicadas em acordos sociais não ocorrem, minhas perdas particulares de utilidade não são maiores que as das pessoas que não entram na discussão. Em certo sentido, não aceito responsabilidade pelos resultados da interação onde sou somente um entre muitos participantes. Não posso, como Knight sugere, mover o mundo sozinho, e é moralmente arrogante de minha parte imaginar-me em uma posição de poder suficiente que me capacita a atuar unilateralmente.

O respeito pelo indivíduo, como um entre muitos participantes na rede social de interação, impõe uma humildade necessária ao cientista social. Esta humildade é uma postura que deve ser mantida deliberadamente. O cientista natural não enfrenta nenhuma escolha comparável: trabalha dentro das restrições impostas pela exogeneidade quase total do assunto que explora. O cientista social deve reconhecer a endogeneidade da estrutura de interação social, pelo menos dentro de amplos limites. Mas a endogeneidade se aplica a toda a comunidade de participantes, incluindo o cientista. Imaginadas, e potencialmente realizáveis, as estruturas de interação social, que são alternativas para o que é observado

existir, estão dentro do conjunto daquelas que são tornadas possíveis pelos limites físicos e naturais, incluindo a natureza humana. O cientista social negligencia seu dever se ele fracassa ao modelar estruturas de interação “que poderiam ser” Como o cientista social faz prognósticos sobre as propriedades ativas de estruturas alternativas imaginadas, ele se torna vulnerável tanto interna como externamente, de uma forma desconhecida para o cientista natural. Precisamente por que a ligação direta entre a realidade observada e as teorias sobre aquela realidade é abandonada, a disciplina imposta pela testabilidade (falseabilidade) potencial é enfraquecida. O cientista social está internamente tentado a enviesar seu argumento na direção de estruturas que refletem seus valores normativos. E mesmo se ele tem êxito em frustrar esta tentativa, seus críticos o acusarão de não ter feito assim.

A distinção fato-valor tão querida pelos metodologistas de segunda classe confunde em vez de iluminar. O cientista social que prediz o “que poderia ser” não está trabalhando dentro do domínio de fatos que podem ser observados na realidade histórica. Os lamentáveis esforços, freqüentemente observados na exploração de dados empíricos para reforçar prognósticos hipotéticos, refletem equívocos de toda a iniciativa.

Ciência ou arte?

Esferas superiores, algumas vezes complexas, da filosofia da ciência e, particularmente, a discussão de “economia como uma ciência” nunca me atraíram. Não me esquivei de apresentar minha própria posição metodológica, a qual, de fato, garante que permaneço um *outsider* neste como em tantos outros aspectos de minhas tentativas.³ Mas a discussão entre filósofos da ciência, *per se*, sempre me pareceu usar as ciências naturais como um modelo e incluir uma deficiência para apreciar as características distintas da ciência social, das quais somente mencionei algumas na seção anterior.

É precisamente por causa de minha convicção de que ciência social é diferente de ciência natural que me sinto mais simpático à crítica interpretativa do que a maioria de meus pares economistas, excetuando uns poucos que se encontram entre os austríacos modernos. Ao mesmo tempo que sou mais simpático à crítica, ainda deveria insistir para que o cientista social se mantivesse firme à moralidade orientada para a verdade de sua oposta ciência natural.

3 Ver meu “Positive Economics, Welfare Economics, and Political Economy,” *Journal of Law and Economics*, 2 (October 1959, p. 124-38); e meu “What Should Economists Do?” *Southern Economic Journal*, 30 (January 1964, p. 213-22).

Talvez possa aclarar minha posição comparando e contrastando o cientista e o artista, com o primeiro descrito no papel normalmente designado para o cientista natural. Retorno à exogeneidade do assunto com o qual trabalha o cientista natural, ou seja, a realidade, independentemente de seu próprio entendimento dos trabalhos internos. A conduta do cientista é o **descobrimento**: ele encontra o que existe e seus talentos imaginativos estão contidos em um processo de pesquisa. Não há, e nem deveria haver, nenhuma pretensão de que alguma coisa nova é criada.

Considere, contudo, o artista. Ele é naturalmente compelido pelos limites físicos de seu meio, seja ele tinta ou pedra. Mas é totalmente ilusório modelar a ação do artista como descoberta. O artista cria alguma coisa onde nada havia. Tanto a ação de descoberta científica como a ação de criação artística são intensamente particulares, quando concluídas. Mas os produtos se dividem rapidamente ao longo da dimensão pública-privada quando as ações são feitas. A descoberta científica é pública no sentido clássico: uma vez disponível para alguém, pode estar disponível para todos. A criação artística, uma vez feita, está disponível para todos, mas o que é criado deve ser particularmente interpretado de muitas e variadas maneiras.

Este esboço comparativo deveria sugerir que a ciência social, como uma atividade, se situa em algum lugar entre os dois modelos. Por que o cientista social deve explorar as propriedades do funcionamento de alternativas imaginadas, sujeitas somente aos limites naturais do material com o qual ele trabalha, sua atividade tem elementos mais afins com aqueles que constituem o processo artístico do que o processo científico. Contudo, sua motivação última combina com a do cientista, não com a do artista. O cientista social trabalha na esperança de que a melhoria nos processos de interação social finalmente emergirá do acordo tanto sobre o diagnóstico como a reforma efetiva; a experiência estética desempenha um pequeno papel.

Meus próprios preconceitos subdisciplinares deveriam ser evidentes. Dentro da economia, considero os esforços dos teóricos do equilíbrio geral, mesmo que estes esforços sejam algumas vezes estendidos desnecessariamente para a abstração refinada, como potencialmente mais produtivos do que os trabalhos daqueles empiricistas que se comportam como se a realidade de interação social incluísse uma exogeneidade comparável àquela do mundo físico.

Economia política normativa e positiva

Os críticos afirmaram que meu trabalho era guiado por uma proposta normativa subjacente e, por dedução, se não diretamente, julgavam-me um tanto subversivo. Como

observei anteriormente, alguém que formula estruturas de interação potenciais provavelmente é acusado de enviesar a análise na direção daquelas alternativas que melhor se adequam aos seus padrões pessoais de valor. Se meus esforços exibiram ou não viés neste sentido, fica para os outros determinarem. Eu deveria admitir que sempre trabalho dentro de uma restrição auto-imposta que alguém pode decidir chamar de normativa. Não tenho nenhum interesse em estruturas de interação social que não sejam individualistas na analogia oleiro-argila, mencionada na citação anterior de Frank Knight. Quer dizer, não estendo minha própria análise para alternativas que incluem a **regra** de qualquer pessoa ou grupo de pessoas sobre outras pessoas ou grupo de pessoas. Se isto coloca meu trabalho em alguma categoria normativa estigmatizada, assim seja.

O elemento individualista, em minha visão de realidade social, real ou potencial, tem sido um componente importante de minha crítica substantiva do trabalho de outros em economia política. Continuei incapaz ou de compartilhar do entusiasmo para a função de bem-estar social da economia formal de bem-estar ou de supostamente aconselhar um suposto governo benevolentemente despótico. Há, pelo menos, três fontes perceptíveis de minha crítica à economia política ortodoxa. Primeiro, fui influenciado por Frank Knight e por F. A. Hayek, que insistem que o problema de ordem social não é científico no sentido padrão. Segundo, fui enormemente influenciado pela advertência de Knut Wicksell de que os economistas devem deixar de atuar como se o governo fosse um déspota benevolente. Terceiro, rejeitei, muito cedo do meu modo de ver, a elevação de eficiência alocativa do economista ortodoxo como um padrão independente de avaliação.

Estas três fontes, que parecem internamente consistentes e corretamente combinadas, formaram minha própria visão sobre a economia política. A partir daí, achei relativamente fácil organizar a crítica de boa parte da sabedoria convencional. Não parecia haver qualquer carência de assuntos para serem colocados em ordem, e fui muito feliz em deixar para os outros a classificação em categorias normativa ou positiva.

A influência de Wicksell foi talvez a mais significativa, mas sem os ensinamentos de Knight e sem minha conversão para a perspectiva da crematística, a mensagem de Wicksell não teria sido tão contundente para mim. Contudo, visto que se considera a advertência de Wicksell, uma vez que admitimos que as decisões políticas ou governamentais são, elas mesmas, produzidas por uma interação de pessoas atuando em vários papéis, o economista político deve necessariamente estender a análise para o processo de interação e para a relação entre o processo e os padrões de resultados. A teoria de escolha pública, pelo menos em minha própria versão, foi uma consequência quase natural de minha absorção da mensagem wickselliana.⁴

4 A relação entre as idéias precursoras de Wicksell e os desenvolvimentos posteriores na teoria da escolha pública foi tema de minha conferência no Prêmio Nobel em Dezembro de 1986. Ver "The Constitution of Economic Policy," *American Economic Review*, 77 (June 1987, p. 243-50).

A conceituação da realidade política como emergente da interação de muitas pessoas sugere imediatamente que padrões de resultados dependem de regras ou instituições dentro das quais o comportamento acontece. A economia política constitucional, tanto em suas variantes normativas como positivas, recoloca a economia política da política econômica no palco central. A mudança de foco para as regras vem quase naturalmente para o economista que tem sido exposto à abordagem da moderna teoria dos jogos. Mas centrar a atenção sobre processos em vez de resultados não se adapta bem dentro da ortodoxia da ciência política, cujas origens pré-modernas envolvem idealizações de regimes parlamentares. Apesar de nossa intenção expressa de formular os fundamentos lógicos da democracia constitucional, que corresponde grosseiramente à iniciativa madisoniana, Gordon Tullock e eu encontramos uma recepção muito confusa para nosso livro *The Calculus of Consent* (1962).

Parece haver uma relutância surpreendente por parte dos modernos cientistas sociais, economistas e cientistas políticos similares em aceitar a estrutura de decisão de dois estágios que o entendimento constitucional requer e que todos os teóricos dos jogos necessariamente adotam. Ao longo de um quarto de século vi-me tentando aclarar a perspectiva constitucional sobre política, bem como sobre a economia, com demonstrável, mas muito limitado, sucesso.

Um *outsider* na academia

Apesar disso, o diálogo mudou. “Economia constitucional” ou “economia política constitucional” emergiu como uma nota em *The New Palgrave*. Minha própria ênfase sobre a importância das regras do jogo político-econômico-social foi reconhecida na indicação para o Prêmio Nobel, em 1986. Não mais poderia reivindicar *status* como um verdadeiro *outsider*, cujos esforços continuam a ser amplamente ignorados pelos meus pares na academia. Dentro dos limites e apesar de minha postura de relativa indiferença observada anteriormente, minhas idéias estão começando a ter conseqüências. Ainda não sei como deveria reagir quando e se específicas mudanças nas regras forem atribuíveis, mais ou menos diretamente, à minha influência. Não sou bem-vindo tornando-me um “*insider*” em qualquer sentido, e meus esforços, ao longo de quatro décadas, podem ser entendidos somente em termos da minha própria imagem de *outsider*, que foi parte integral de minha bagagem pessoal.

A designação *outsider* explica o tipo um tanto singular de autoconfiança que até certo ponto sempre tive e que foi reforçado ao longo de quatro décadas. Academicamente, fui um

afortunado, muito além de qualquer extensão plausivelmente prognosticável, mais ou menos “a despeito de” minhas limitações em vez de “por causa de” minhas capacidades. Não teria sido realmente surpresa para mim se meu trabalho tivesse fracassado em obter êxito para publicação, se meu trabalho publicado tivesse sido negligenciado mais do que foi, se meu avanço na carreira tivesse sido menos rápido, se não tivesse havido qualquer série de oportunidades alternativas no ambiente acadêmico competitivo dos Estados Unidos, se não me tivesse sido conferido o Prêmio Nobel em 1986. Nunca senti, nem sinto hoje, que haja algo único ou especial sobre o que fiz ou faço, escrevo e falo. Minha surpresa, e esta surpresa continuou a existir ao longo de quatro décadas, não é, de modo algum, que meu próprio trabalho seja relativamente negligenciado; em vez disso, minha surpresa é que outros economistas tenham fracassado ao admitir o simples, e o óbvio, que é tudo que sempre reivindiquei ser o meu trabalho. Em certo sentido, sempre me senti embaraçado ao ser colocado no papel de informar aos meus pares, muito mais talentosos, que o rei está realmente nu.

Por que minha tarefa era mostrar que os economistas deveriam postular algum modelo de política antes de proferir recomendação política? Por que, entre os muitos críticos do importante trabalho de Arrow sobre o teorema geral da impossibilidade, coube a mim mostrar que a satisfação de suas condições plausíveis significaria tirania política e não democracia efetiva? Por que me era necessário demonstrar que a teoria clássica do dívida pública era logicamente válida em face dos absurdos da macroagregação keynesiana? Por que me foi solicitado mostrar que as oportunidades verdadeiramente sacrificadas devem ser medidas em uma dimensão de utilidade? Estas e outras “contribuições” a mim atribuídas não teriam sido feitas tivesse eu trabalhado como um “*insider*” envolvido nas complexidades da discussão analítica presentes na fronteira efervescente do conhecimento da economia. Como um *insider* teria sido incapaz de ter a perspectiva ampla que minha posição de *outsider* me permitia assumir, quase como é de se esperar.

É quanto a isso que não acolho especialmente com prazer a respeitabilidade acadêmica crescente e a popularidade de minhas próprias idéias. Como um crítico das ortodoxias predominantes, não tive nenhuma razão para sustentar e responder às críticas de minhas construções, que, em qualquer caso, pareciam ser triturações do óbvio. Como minhas idéias se aproximam da corrente principal, pelo menos em alguns aspectos, encontro-me sendo desafiado a defender as fontes normativas fundamentais que por muito tempo considerei amplamente compartilhadas. O fato de que meus próprios pontos de partida normativos recomendados não pareçam tão amplamente aceitos, como eu deveria ter esperado, devem possivelmente ser responsáveis pelo aparente equívoco de proposições que me parecem tão óbvias. Em outras palavras, meu quadro mental normativo deve ser mais importante do que sempre percebi.

Por que não me sento em minha cadeira de balanço?

Resisto, e resisto bravamente, a todos e quaisquer esforços que me levam em direção às posições de conselheiro sobre esta ou aquela política ou causa. Não assino petições, não me associo a organizações políticas, não aconselho grupo, não me sirvo à prática do *lobby*. A imagem do público a meu respeito, especialmente do modo como é desenvolvida por meio da mídia depois do Prêmio Nobel em 1986, ainda é a de um fanático partidário de direita da doutrina do livre arbítrio, que é antidemocrático, antiigualitário e anticientífico. Não sou naturalmente nada disso. De fato, sou o oposto. Corretamente entendido, minha posição é tanto democrática como igualitária e sou um cientista tanto quanto qualquer um de meus pares em economia. Mas sou apaixonadamente individualista e minha ênfase sobre liberdade individual me coloca à parte de muitos de meus colegas acadêmicos cujas mentes são um tanto elitistas e, portanto, coletivistas. E, para estes colegas, nunca pude ser perdoado por ter contribuído para o desenvolvimento de uma subdisciplina, escolha pública, que expôs, pela primeira vez, a operação de instituições políticas coletivistas a sérios exames minuciosos ao longo de um século.

Por que continuo trabalhando? Por que não me retiro graciosamente para minha fazenda na montanha em Virgínia, sento-me em minha cadeira de balanço na varanda, embriagado com as loucuras do mundo? Uma vez admitido que não me atrevo a mover o mundo sem ajuda e que não tenho nenhum impulso para fazer isso, que forças internas me guiam? Minha resposta, como prenunciado, é simples e direta. Trabalho porque sinto prazer! Obtenho utilidade nas idéias, em pensar, em organizar meus pensamentos, em escrever estes pensamentos em argumento coerente, em ver minhas palavras em manuscrito e impressas. Em algum sentido real, sou um escritor que sente prazer em viver em seu próprio mundo, um mundo que alguns críticos reivindicam ser imaginário, mas que defendo como um território possivelmente atingível. Sou também um professor, talvez um século fora de época, e obtenho utilidade do *feedback* receptivo por uma audiência intelectualmente competente. Novamente aqui meu propósito único em escrever ou em dar aulas não é tanto convencer leitores ou ouvintes dos méritos de meu argumento, mas engajá-los na discussão corrente.

Talvez, acima de tudo, eu seja um intelectual reducionista que procura atalhos dentro das complexidades de um argumento e entender questões em termos simples e exemplos familiares. Como observado anteriormente, muito do meu trabalho tem sido na forma de revelação de fatos e, portanto, de uma espécie que raramente é bem-vinda por aqueles que são obscurantistas naturais.

Considerando todos os pontos, enfrentei poucas escolhas verdadeiras entre trabalho e recreação, porque realmente não há distinção. Meu trabalho é minha recreação e certamente sou um afortunado neste e em tantos outros aspectos de uma vida feliz e bem ordenada. Não fui infestado pelas ressacas psicológicas que me fazem tentar responder os “porquês” da existência ou os “quês” do além. Espero que pareça o que penso que sou: um economista político constitucional que compartilha de uma apreciação a favor da herança judaico-cristã que produziu os valores da cultura ocidental e instituições de ordem civil, particularmente as representadas na visão madisoniana do que os Estados Unidos teriam sido ou ainda se tornarão. Sou excessivamente ingênuo por pensar que esta definição é suficiente em si mesma?

